

O SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO DIREITO A SAÚDE

Isabela Maier de Barros ¹
Vitória Aparecida Bazili Pardini ¹
Vitória Henrique de Sousa¹
Rosieny Assis dos Santos¹
Silmara Quintana ²

(1) Discentes do 7º semestre do Curso de Serviço Social da UNIP Campus Campinas

(2) Docente e orientadora do Curso de Serviço Social da UNIP Campus Campinas

RESUMO

A pesquisa reflete sobre o Serviço Social na área da saúde, possuindo o objetivo de analisar o Sistema Único de Saúde (SUS), a extensão da saúde mental, incluindo o fazer profissional dentro da área analisada, também abordando o serviço do Instituto Nefrocare localizado no município de Campinas/SP, no qual trabalha na execução das políticas públicas de saúde, tendo foco os pacientes renais. Por tanto, a metodologia compreende a abordagem qualitativa de procedimentos bibliográficos e a análise de dados. Pretende-se analisar então, como está disposta a definição de política e verificar na prática a sua realização, além de explorar o papel do Assistente Social enquanto fiscalizador e aplicador da prática das políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Saúde, Serviço Social, Instituto Nefrocare.

DESENVOLVIMENTO

Apresentação

O presente artigo aborda o Sistema Único de Saúde (SUS), com a extensão da saúde mental, e de que forma são realizadas suas organizações, a fim de verificar e analisar a política de saúde e sua implementação, considerando o papel do Assistente Social como viabilizador de direitos. Abordando também o serviço do Instituto Nefrocare localizado no município de Campinas/SP, o qual trabalha na execução das políticas públicas de saúde, que tem o foco em pacientes renais. E a metodologia que compreende a abordagem qualitativa de procedimentos bibliográficos e a análise de dados.

Se discute de que forma ocorre a organização do SUS, seu gerenciamento, a participação popular e sua complementaridade, entendendo sua organização como um atendimento universal e gratuito, direito adquirido pela Constituição Federal e sendo exercido pelo SUS. Considerando também, o trabalho realizado pelo Assistente Social em conjunto com a equipe multidisciplinar, além de sua importância na busca do bem-estar do usuário.

É apresentado o funcionamento de um serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde, através de uma parceria público privada com o Instituto Nefrocare, na atenção a pacientes em situação de cuidados de nefrologia e diálise.

Por fim é analisado o relato da entrevista com o Assistente Social do instituto Nefrocare e a concepção teórica no que se refere a saúde pública. Desta forma, sendo possível analisar como ocorre a

implementação das políticas públicas executadas pelo profissional de Serviço Social na busca da efetivação dos direitos sociais dos usuários do serviço.

Revisão Teórica

1- Organização do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema de saúde pública que promove um atendimento universal a população sem qualquer tipo de discriminação, prestando desde um atendimento simples de triagem até um transplante de órgãos. A saúde se tornou um direito atribuído pela Constituição Federal de 1988 em seu “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

As ações e serviços do SUS são gerenciadas pelos três entes federais: a união, os estados e os municípios como dispõe no artigo 4 da Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, em seu Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde.

Deste modo cabe à essas esferas do governo definirem estratégias para controlar e avaliar os serviços prestados e elaborar o planejamento levando em conta os recursos financeiros, regionalização e os princípios do Sistema Único de Saúde que são universalização, equidade e integralidade. O sistema é organizado de acordo com alguns princípios organizativos como regionalização e hierarquização, resolubilidade, descentralização, participação dos cidadãos e complementariedade do setor privado.

A regionalização consiste num estudo sobre a área geográfica a ser atendida, conhecendo também sobre a população residente no local para elaborar estratégias de modo a atender as necessidades daquele grupo. A hierarquização dispõe sobre a divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região.

A resolubilidade traz a proposta de quando um indivíduo apresenta uma determinada situação problema que possa trazer um impacto sobre a saúde e com isso deve existir profissionais capacitados a resolver a situação de forma rápida e eficaz.

A descentralização está relacionada a distribuição de tarefas e responsabilidades sobre o sistema de saúde entre as três esferas do governo, onde cada uma delas possa fazer gestão diante do que está mais próximo como por exemplo, o que for de abrangência do município deve ser resolvido pelo município e assim em diante com as demais esferas.

A participação dos cidadãos é algo extremamente importante pois é através disso que poderá ser feito um diagnóstico sobre o que está sendo oferecido e se isso é o suficiente para suprir a demanda. É importante que a população participe do processo de formulação das políticas de saúde.

E por fim a complementariedade do setor privado que é necessária quando ocorre a insuficiência do setor público. Existem alguns critérios que devem ser seguidos diante essa situação como a celebração do contrato entre as partes conforme as normas de direito público, a instituição privada deverá estar em acordo com os princípios e normas do SUS, e a integração dos serviços privados deverá se dar na mesma lógica organizativa do SUS, em termos de posição definida na rede regionalizada e hierarquizada dos

serviços. Dessa forma, em cada região, deverá estar claramente estabelecido, considerando-se os serviços públicos e privados contratados, quem vai fazer o que, em que nível e em que lugar.

O SUS também conta com a divisão de três níveis de atenção, a atenção primária, secundária ou média complexidade e, terciária ou alta complexidade. Na primária encontram-se as Unidades Básicas de Saúde – UBS, Agentes Comunitários de Saúde – ACS, Equipe de Saúde a Família – ESF, e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF.

Na secundária estão os serviços especializados que são oferecidos por ambulatórios e hospitais com a ajuda de equipamentos para exames mais avançados, e recebe pacientes encaminhados da atenção primária. Nesse nível entra a Unidade de Pronto Atendimento – UPA e possui atendimento voltado para diversas especialidades como cardiologia, pediatria etc.

A atenção terciária é voltada para o atendimento de alta complexidade onde envolvem procedimentos com maiores custos como transplantes, partos e procedimentos oncológicos prestados em hospitais de grande porte. Os casos que não conseguem ser tratados pela atenção secundária são encaminhados para terciária pois é nele que estão os especialistas para discutirem sobre os casos mais complexos. É importante que exista uma cooperação entre os três níveis para melhor encaminhamento médico e criação do diagnóstico.

2- Garantia de Direitos no SUS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o termo saúde está diretamente relacionado com a promoção da qualidade de vida, um estado de completo bem estar físico e está disposto como um direito pela Constituição Federal de 1988 no “Art. 196º A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

O fato de a Constituição ter reconhecido a saúde como um direito fundamental ao cidadão não assegura que isso será cumprido. Diante desse questionamento surge o Sistema Único de Saúde, um importante garantia jurídica do direito à saúde totalmente público e gratuito.

O SUS é um sistema que presta do mais simples atendimento até uma cirurgia de alta complexidade para os seus usuários contando com uma rede de hospitais e pronto socorros públicos, laboratórios, hemocentros e clínicas e institutos voltados para a saúde mental. Além disso o sistema promove assistência integral disponibilizando remédios e terapias para o reestabelecimento da saúde.

Os usuários têm direito ao acesso de seu prontuário individual elaborado por um médico e receitas médicas. Possuem direito a vagas de UTI e atendimento de urgência e emergência 24h.

O ministério da saúde traz à população a Carta dos direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde para que todos tenham informações sobre os seus direitos quando necessitar de um atendimento de saúde. Nela estão descritos os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado:

- Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
- Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
- Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
- Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.

- Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
- Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (BRASIL, 2011).

3- A intervenção do Assistente Social na Saúde

A Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes apresenta em seu:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Considerando o Movimento de Reforma Sanitária e a Constituição Federal de 1988, o serviço social aponta para uma nova vertente menos higienista, conquistando espaços com equipes multiprofissionais voltadas a área da saúde.

Martini (2010) relata que essas inovações exigiram dos assistentes sociais uma maior capacitação voltada a atuação nas múltiplas expressões da questão social, relacionadas a práticas que afetem a saúde, buscando determinado comprometimento da classe na consolidação do SUS e na articulação com as demais políticas.

O assistente social trabalha com a saúde do trabalhador, seja individual, em grupo ou equipes multiprofissionais. Apesar dos avanços da classe, o serviço social ainda caminha para construir maior implementação do seu papel na política e na busca de menor segmentação do trabalho em diversos órgãos, como órgãos públicos e previdência social, considerando que esses ambientes são campo privilegiado para a atuação do assistente social.

O Conselho Federal de Serviço Social descreve a atuação do assistente social na saúde em quatro grandes eixos: “Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional (CFESS, 2010,p.21)”.

4- Saúde Mental

Define-se saúde mental como à forma de que as pessoas reagem às exigências da vida e o modo de harmonização de seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções.

Segundo a Secretaria de Saúde, ter saúde mental descreve-se quando o sujeito vive de bem consigo mesmo e com os demais membros da sociedade, aceita as exigências da vida, entende suas emoções e as administra de forma apropriada, lidando bem com as adversidades e que ocorrem no cotidiano.

Além de tais definições, podemos analisar a inserção do Serviço Social dentro da área da saúde mental.

A inserção dos assistentes sociais nos serviços de saúde é mediada pelo reconhecimento social da profissão e por um conjunto de necessidades que se definem e redefinem a partir das condições históricas sob as quais a saúde pública se desenvolveu no Brasil. A implementação do SUS, a partir dos anos de 1990, vai exigir novas formas de organização do trabalho em saúde, a partir das reivindicações históricas do movimento sanitário, que são exemplos a universalização, a descentralização e a participação popular (CFESS, 2010,p.42).

Também, analisar tais atribuições dentro dessa área de atuação que se encontra em constante crescimento e evolução, na qual o profissional deve manter-se atualizado para contribuir com seus usuários. “Já nas equipes de saúde mental, o assistente social deve contribuir para que a Reforma Psiquiátrica alcance seu projeto ético-político. Nessa direção, os profissionais de Serviço Social vão enfatizar as determinações sociais e culturais, preservando sua identidade profissional (CFESS, 2010 p.41)”.

De acordo com o CFESS (2010) os assistentes sociais na saúde atuam em quatro eixos: o atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social, através da investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. É imprescindível a participação de todos os eixos de forma articulada, considerando a totalidade da situação, de forma a não a fragmentar.

Os problemas de saúde mental mais frequentes são, problemas com ansiedade, mal-estar psicológico, depressão, dependências, atrasos mentais, entre outros. Existem também, falsos conceitos relacionados a saúde mental, que elas não possuem cura, que as pessoas que possuem problemas mentais são desmotivadas, não têm inteligência e que são “frescas” em relação a isso.

Sendo assim, analisa-se a grande importância da saúde mental na busca do bem-estar, sendo importante possuir uma alimentação saudável, boas noites de sono, prática de exercícios físico, consultas a terapeutas ou psicólogos que auxiliam no tratamento dos sentimentos, são fatores que fortalecem a mente.

Aos demais que não possuem tais problemas ou dificuldades mentais, cabe apoiar pessoas que têm essas adversidades, e incentivar a realização de ações que venham beneficiar em tais momentos difíceis, sem julgamentos, sem excluir, mas sim, auxiliando na busca de melhorias para as pessoas.

A Pesquisa de Campo

1- O lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Nefrocare, localizado na Av. Andrade Neves, 1634 - Centro, Campinas/SP, a instituição tem seu horário de funcionamento das 07 às 20 horas. A clínica Nefrocare realiza o atendimento na área de Hemodiálise, Diálise Peritoneal, Diálise à beira do leito, Ambulatório de Nefrologia e demais especialidades.

2- Relato do serviço entrevistado

A entrevista foi realizada com o profissional Leandro Carlos, que atua no local a pouco menos de um ano, aborda que seu trabalho dentro deste serviço consiste em, atuar na garantia de direito aos pacientes renais.

Foi informado que, neste local, o encaminhamento para realização de tais tratamentos é feito por parte do hospital que o paciente está sendo tratado, a partir disso analisa-se a situação que este paciente está para a realização do encaminhamento.

O local possui 159 vagas que são preenchidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e 33 vagas na saúde privada, sendo a ocupação total no período de setembro de 2020 de 190 pacientes. Conta com uma equipe multidisciplinar composto por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistente social e nutricionista, pois os pacientes renais possuem o direito de serem acompanhados por profissionais, sendo que, a cada 6 pacientes devem possuir um profissional de cada segmento: técnico de enfermagem, médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo e um nutricionista para realizar os acompanhamentos, ou seja, depende de quantos pacientes são atendidos para a formação das equipes profissionais.

3- Relato da entrevista com o Assistente Social

Em relação a seleção para participar deste serviço, Leandro informa que, não existe ao certo um seleção para participar deste instituto, porém o encaminhamento baseia-se na avaliação do hospital ao entender que tal pessoa necessita de hemodiálise, e a partir disso é solicitado por parte do hospital a ação da Secretaria de Saúde do município que é quem controla as vagas no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo assim desta forma na maioria dos municípios, a Secretaria de Saúde busca quais locais credenciados no SUS possuem vagas para que este tratamento seja realizado. Já na rede privada, o hospital fornece ao paciente as instituições que atuam no tratamento e fica a livre escolha.

Se tratando da saúde mental, o assistente social informa que este segmento não é tratado dentro do instituto. Caso o paciente tenha algum transtorno, dificuldade em aspectos mentais, o serviço o encaminha ao centro de saúde para que busque o tratamento correto e sejam tomadas as devidas providências por partes dos profissionais da área.

A família também está presente dentro deste centro, Leandro informa que, a maioria das famílias participam do tratamento pois grande parte dos usuários são idosos e necessitam de maior atenção por parte dos familiares, o trabalho com a família trata-se do papel que eles possuem de acompanhar o paciente no transporte até a clínica, realizar o amparo durante a sessão de tratamento e também acompanhar o paciente em segurança até o local em que reside.

Tratando-se do cotidiano no local, para realização do atendimento, o entrevistado informa que, o paciente chega na recepção e precisa assinar uma lista de frequência que é encaminhada a Secretaria de Saúde em caso de SUS, e em caso de saúde privada é encaminhado ao convenio. Por dia são atendidos em média 96 pacientes, de segunda-feira a sábado, dividindo o atendimento em 3 turnos, geralmente os pacientes fazem 4 horas de hemodiálise em 3 vezes na semana.

O assistente social também relata que em sua opinião o Serviço Social deveria ter uma maior participação na área da saúde, pois sua atuação consiste em orientar a população em relação aos seus direitos, sendo garantindo ou encaminhando o paciente, também em relação ao funcionamento do SUS que muitos desconhecem. Acredita também que há uma desvalorização do profissional na área da saúde,

pois todos devem aprender e entender a grande importância do profissional nesta área, sendo que é seu papel trazer a informação a quem desconhece dos seus direitos.

Em relação ao papel do assistente social no tratamento, é informado por Leandro que o profissional está presente em todo tratamento, desde o início do tratamento até quando é submetido a um transplante, ou até mesmo quando o paciente tem alta pois sua função renal é recuperada e até em caso de óbitos.

No que se refere a dificuldade do assistente social neste serviço, Leandro relata que a maior parte dos usuários são idosos, e por conta disso a documentação e registros dessas pessoas foram feitas antigamente e precisam de atualizações nos documentos, que raramente são realizadas. Também a falta de informação por parte dos governantes da importância da contribuição à previdência social, pois o paciente que contribui a previdência por 12 meses, possui o auxílio doença por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que é renovado anualmente, também pode ocorrer a aposentadoria antecipada por conta desta enfermidade, sendo de grande benefícios aos usuários. Já o paciente que não realizou esta contribuição é encaminhado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) solicita o benefício de auxílio doença, que corresponde a um salário mínimo, independentemente de sua idade.

Em consideração a melhorias que precisam ser realizadas na área da saúde para a concretização dos direitos da população, o investimento é o primordial, tais investimentos devem ser realizado nos espaços físicos para comportar os usuários e profissionais daquele serviço, também a ampliação de centros para o tratamento desses pacientes, pois ainda existentes diversos municípios, que não possuem esses centros e assim o paciente e sua família possuem a dificuldade de ter que se deslocar a outros locais para a realização do tratamento que é dele por direito, dificultando em uma proporção maior a população.

Análise da atuação do assistente social em serviço de saúde terceirizado

De acordo com o ministério da saúde, a promoção a saúde se refere ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no que se refere ao controle deste processo.

Considerando o Serviço social, o CFESS (2010) compreende ao Serviço Social, em conjunto com os outros profissionais que defendem o aprofundamento do SUS, articular e formular estratégias que procuram reforçar os serviços de saúde e que busquem a efetivação do direito social na saúde, considerando que o norte ético do trabalho do Assistente Social está diretamente ligado ao projeto da reforma sanitária

Levando em conta o espaço onde foi realizado na entrevista, o profissional de Serviço Social relata que o seu trabalho consiste em orientar a população em relação aos seus direitos, sendo garantindo ou encaminhando o paciente, articulações na qual vai de acordo com as especificações do CFESS (2010), no pensante de realizar uma atuação competente e crítica do Serviço Social.

A instituição Nefrocare conta tanto com a saúde privada como em parceria com o SUS, articulado de modo público através da Secretaria de Saúde, sendo realizado seu encaminhamento para locais credenciados no SUS e que possuem vagas para a demanda do paciente.

Sodré (2010) reflete que o assistente Social vem para inserir debates sobre determinantes sociais, com seu posicionamento macropolítico, na qual o assistente social tem como seu objeto de trabalho as expressões das contradições da questão social, desta forma o profissional trabalha com as condições de

vida, articulando de forma a buscar condições indispensáveis para o funcionamento do bem-estar social do paciente.

[...] para a realização das ações explicitadas é fundamental a investigação, considerada transversal ao trabalho profissional; o planejamento; a mobilização e a participação social dos usuários para a garantia do direito à saúde, bem como a assessoria para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a supervisão direta aos estudantes de Serviço Social (CFESS, 2010, p.41).

O Assistente Social conta com o trabalho em equipe multidisciplinar onde é abordado por uma perspectiva comunicativa entendendo o diálogo como uma realidade essencial para a realização do trabalho diário. De acordo com o Assistente Social essa articulação é realizada em conjunto com técnicos de enfermagem, médicos, enfermeiros, assistente social, psicólogos e nutricionistas.

O exercício profissional conta com evidentes dificuldades para sua efetivação, o Assistente Social relata a falta de conhecimento da população sobre seus direitos e aos seus benefícios e a não atualização de documentos e registros pessoais, o que não contribui para a efetivação de seu trabalho completo.

A política pública de saúde tem encontrado notórias dificuldades para sua efetivação, como a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. (CFESS, 2010, p. 21).

Tendo em vista trabalho do Assistente Social, o seu trabalho é realizado de forma a atender o paciente desde o primeiro contato com a instituição até a alta ou óbito, incluindo os familiares em alguns atendimentos, levando em consideração que grande parte dos usuários do instituto são idosos, ações fundamentais para as estratégias do Assistente Social.

Em vista dos fatos apresentados, a maior questão levada em consideração pelo profissional de Serviço Social é a falta de recursos para a realização de melhorias no instituto, na busca de ampliação de centros para tratamento, considerando também em outros municípios, no intuito de conseguir suprir toda a demanda de forma efetiva, levando em consideração os determinantes sociais daquela região ou do paciente atendido.

O CFESS (2010) ressalta a reestruturação dos processos de trabalho e gestão, neste sentido, levam a diversas formas de terceirização e novas gestões que estão sendo propostas e que vão contra o SUS constitucional. Os assistentes sociais e as entidades do serviço social são contra esse posicionamento considerando o seu projeto ético político.

Nessa direção, acentua-se a proposta da Reforma Sanitária que é a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais.

De acordo com o CFESS sobre a Reforma Sanitária:

[...] ressalta-se a concepção ampliada de saúde, considerada como melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, com ênfase nos determinantes sociais; a nova organização do sistema de saúde por meio da construção do SUS, em consonância com os princípios da intersetorialidade, integralidade, descentralização, universalização, participação social e redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas (União, Estado, municípios, territórios) na prestação dos serviços de saúde; e efetivo financiamento do Estado (CFESS, 2010, p. 19).

Considerações Finais

Levando em consideração os fatos mencionados, foi possível compreender a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) na busca no bem-estar social e na garantia de direitos e acesso aos serviços de saúde, considerando o trabalho do Assistente Social como um dos integrantes da equipe multiprofissional.

Pode-se concluir que apesar das especificidades encontradas na instituição, o Instituto Nefrocare confere o atendimento necessário para os pacientes e realiza suas atribuições, desde o apoio na recuperação até na prevenção da saúde do paciente, tendo a família participação no acompanhamento do tratamento.

É preciso, portanto, contemplar o trabalho do assistente social, pautado na lógica dos direitos e da cidadania, como viabilizador da política de saúde e na garantia dos princípios do SUS, tendo como seu referencial o Projeto da Reforma Sanitária.

Referências

AITH, Fernando. Direitos e garantias fundamentais: SUS como garantia fundamental no Brasil. Anápolis, 2010. Disponível em: < <https://www.ictq.com.br/opiniaio/327-direitos-e-garantias-fundamentais-sus-como-garantia-fundamental-a-saude-no-brasil#:~:text=O%20SUS%20representa%20a%20mais,organiza%20diversas%20outras%20garantias%20concretas.&text=Ser%20suplementar%20quando%20for%20desenvolvida,o%20Sistema%20%20de%20Sa%20>>

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Senado Federal, Resolução n. 145, 15 out. 2004, disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >

CARVALHO, Gilson. *A saúde Pública no Brasil*. vol.27 no.78, São Paulo, 2013, disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200002&lng=pt&tlng=pt >

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010, disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf >

LIMA, Talita. *Sistema Único de Saúde – PARTE 02: A organização do SUS e o Decreto 7.508 de 2011*. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://redehumanizausus.net/94407-sistema-unico-de-saude-parte-02-a-organizacao-do-sus-e-o-decreto-7508-de-2011/> >

ZEFERINO, Camila Beatris. Dez direitos e garantias dos pacientes do SUS. São Paulo. Disponível em:
< <https://bulcaozeferino.adv.br/project/dez-direitos-e-garantias-dos-pacientes-do-sus/> >